

Formação de bloco governista ainda é incerta

BRASÍLIA — Apesar de terem pedido muitas coisas ao Presidente Fernando Collor, os Líderes governistas não conseguiram dar em troca uma solução para o problema principal do Palácio do Planalto no Congresso: a formação de uma maioria que garanta a votação dos projetos de interesse do Governo.

Durante almoço no Palácio, Ricardo Fiúza (PFL), Amaral Netto (PDS) e Arnaldo Faria de Sá (PRN) não chegaram a uma conclusão sobre a viabilidade de formar um bloco parlamentar de apoio a Collor na Câmara. A decisão está adiada, mas os líderes garantiram horário, todas as terças-feiras, das 10 horas às 11 horas, para serem recebidos em separado no Palácio. No mesmo dia, terão direito a almoço com o Presidente, às 13 horas.

Collor dá prosseguimento, hoje, aos contatos políticos, recebendo, no mesmo esquema, os líderes do PDC, do PTB e do PL. Terça-feira, quando voltarão a se reunir com Collor, os Líderes prometem apresentar um quadro mais completo sobre a reação das bancadas à formação do bloco informal de apoio ao Governo. A questão regimental foi apontada como uma das dificuldades, uma vez que os partidos precisarão abrir mão de suas lideranças, o que não agrada à maioria. Pelo regimento, todo o bloco ficaria sob o comando de um único parlamentar.

— Não estamos convencidos de que o bloco será uma coisa boa — disse o Deputado Ricardo Fiúza, que, de manhã, era um de seus mais ardorosos defensores.

Num período de seis horas, Fiúza passou de defensor intransigente a questionador da necessidade do bloco. Inicialmente, o Líder do PFL defendeu o bloco como forma de enfraquecer o PMDB, que, como partido majoritário, deverá eleger o Presidente da Mesa. No seu entender, não é mais possível que um só partido, o PMDB, tenha nas mãos todas as

prerrogativas. Citou como outro exemplo a indicação, pelo PMDB, dos relatores das comissões.

— Queremos ver esse formalismo regimental superado com a formação de um bloco. Estamos vivendo a ditadura da minoria — enfatizou.

Seis horas depois da primeira conversa com Collor, Fiúza saiu do almoço no Planalto com uma posição mais cautelosa. Segundo ele, é preciso analisar a questão com as novas bancadas, para não correr riscos.

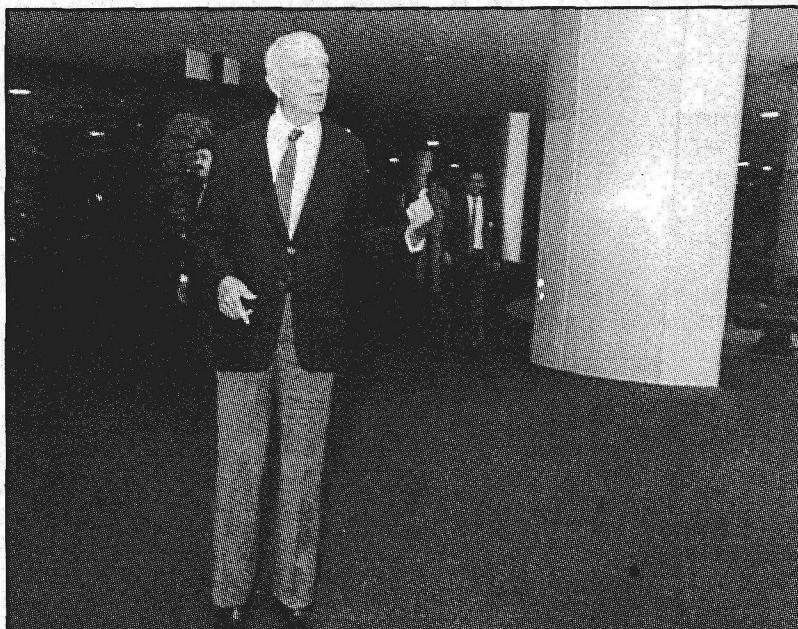
A mudança de atitude tem uma explicação: Fiúza e Amaral reuniram-se no Congresso, entre a audiência da manhã e o almoço, com o Assessor Parlamentar do PFL, Henrique Hargreaves, famoso estrategista político que serviu de ligação entre o Planalto e o Parlamento durante os Governos João Baptista Figueiredo e José Sarney. A análise da posição atual de forças do Governo na Câmara e as ponderações feitas por Hargreaves foram decisivas para que os Líderes enterrassem a ideia.

— O bloco só é válido com uma maioria expressiva, pois cria uma situação de confronto e, para hostilizar a Oposição, o Governo tem de estar muito forte. E o bloco no Senado também pode ser um desastre, porque o Governo só tem três senadores a mais — argumentou Hargreaves.

Em seguida, ele lembrou que, em 1983, durante a votação do fim da súblegenda, os governistas tiveram de garantir uma votação em plenário por mais de 14 horas, porque tinham maioria de direito, mas não de fato. De volta para o almoço, no Planalto, fizeram as mesmas ponderações.

— Presidente, fizemos algumas somas, mas não podemos garantir os votos dos parlamentares que estão chegando e, com o bloco, perderíamos os votos de 30 deputados do PMDB. Para não sermos desautorizados mais tarde, é melhor esperar — argumentou Ricardo Fiúza.

Foto de Mino Pedrosa



Ulysses Guimarães: 'É antidemocrático criar um bloco para disputar a Mesa'